

REFORMA TRIBUTÁRIA

PRINCIPAIS PONTOS TRAMITAÇÃO

REFORMA TRIBUTÁRIA

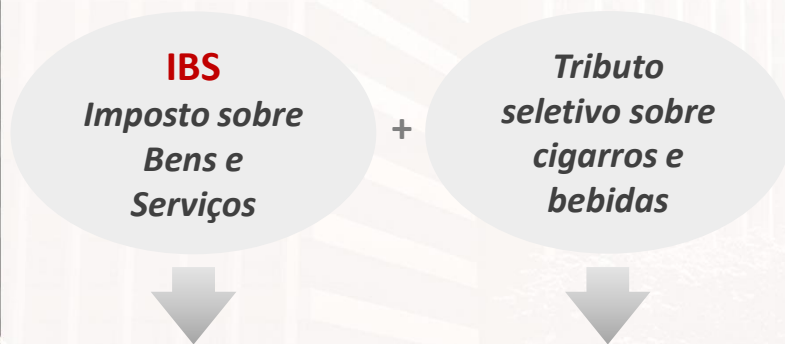
PONTOS RELEVANTES

- CARGA ELEVADA X SERVIÇOS PÚBLICOS
- EXCESSIVO GASTO PÚBLICO
- COMPLEXIDADE (+ 60 TRIBUTOS)
- CUSTO *COMPLIANCE* (OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS) (1,5 FATURAMENTO)
- PACTO FEDERATIVO (ICMS)
- POSIÇÃO 184 DE 190 (ESTUDO WORLD BANK – “PAYING TAXES”)



PEC 45/2019 | Câmara

~~IPI + ICMS + ISS + PIS + PASEP + COFINS~~



Alíquota:

Federal + Estadual + municipal

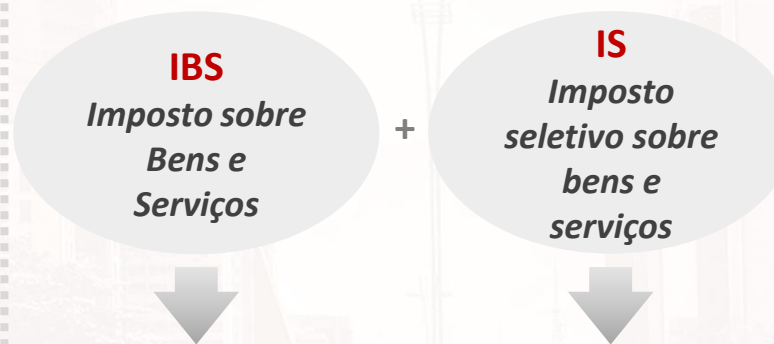
alíquota de referência (estimada para não alterar a arrecadação entre 20 e 25%)

Tributação:

- cumulativa
- inibir consumo
- produtos/serviços definidos em lei

PEC 110/2019 | Senado

~~IPI + IOF + PIS + PASEP + CONFINS + Salário Educação + ICMS + ISS + CIDE-Combustíveis + CSLL~~



Alíquota:

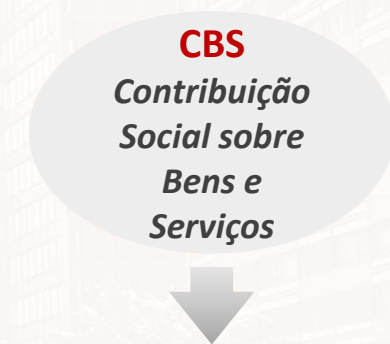
Estabelecida por lei complementar, podendo variar dependendo do bem ou serviço, mas aplicada uniformemente.

Tributação:

- cumulativa
- fácil arrecadação
- produtos/serviços já definidos

PL 3887/2020 | Governo

~~PIS + PASEP + COFINS~~



Alíquota uniforme: 12% sobre receita bruta.

Regime: não cumulativo, com aproveitamento de créditos.

Isenção: serviços de saúde custeados pelo SUS.

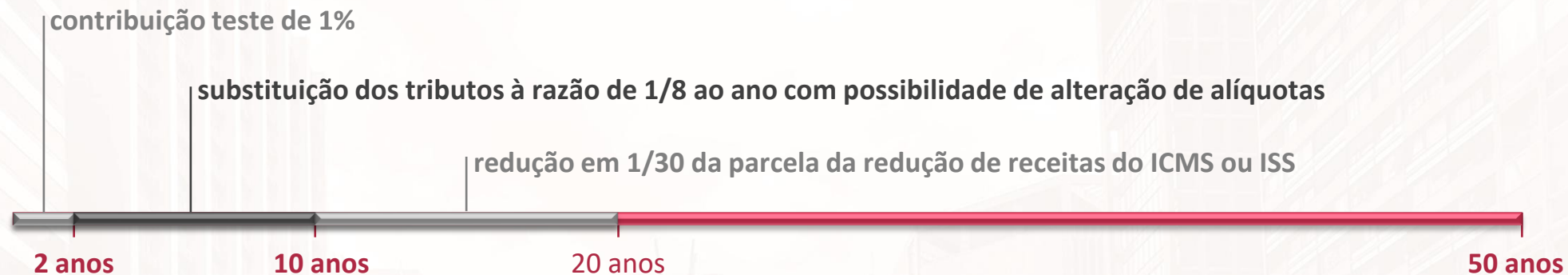
Regime especial: planos de saúde e seguradoras mantêm a forma de apuração antiga (5,8%) com dedução de despesas assistenciais da base de cálculo.

Principais alterações nas PECS propostas pelos Estados e Municípios

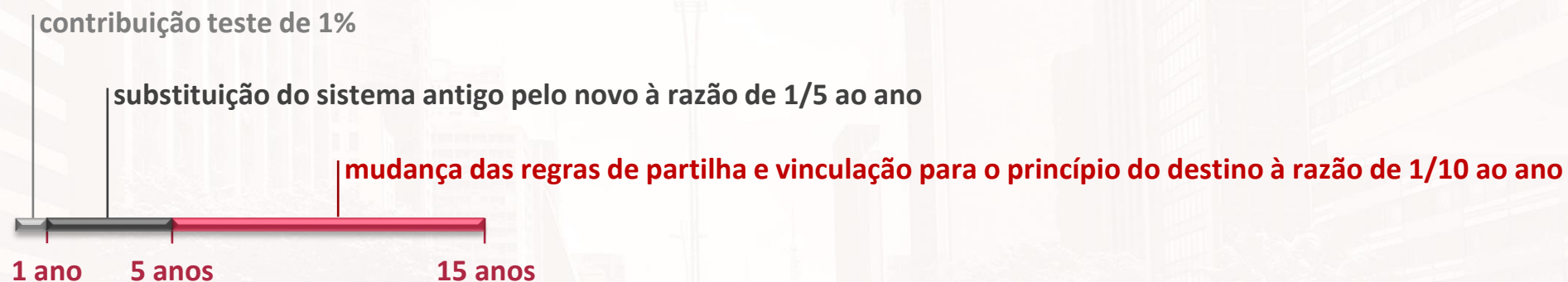
- ❑ **ESTADOS** via ComSefaz (emenda à PEC 45) instituição de fundos de desenvolvimento regional para apoiar reforma tributária (compensação do fim dos incentivos fiscais)
- ❑ **MUNICÍPIOS** – (emenda à PEC 110) – SIMPLIFICA JÁ
 - ❑ A proposta propõe aprimorar o ICMS e o ISS, criar a CVA federal e o IPI Seletivo, bem como reduzir a tributação da folha de salários, com os seguintes elementos:
 - Legislação nacional do ICMS e ISS sem benefícios fiscais;
 - Alíquota única da CVA federal; do ICMS por Estado; e do ISS por Municípios;
 - Tributação, por fora, e no destino para o ICMS e para o ISS; e unificação de guias de recolhimento com crédito financeiro;
 - Devolução parcial da CVA federal, do ICMS e do ISS, para as famílias de baixa renda; e
 - Alíquota da Contribuição Previdenciária Patronal tanto menor quanto maior for a massa salarial da empresa, e quanto mais empregados ela contratar.

PERÍODO DE TRANSIÇÃO

PEC 45/2019
Câmara



PEC 110/2019
Senado



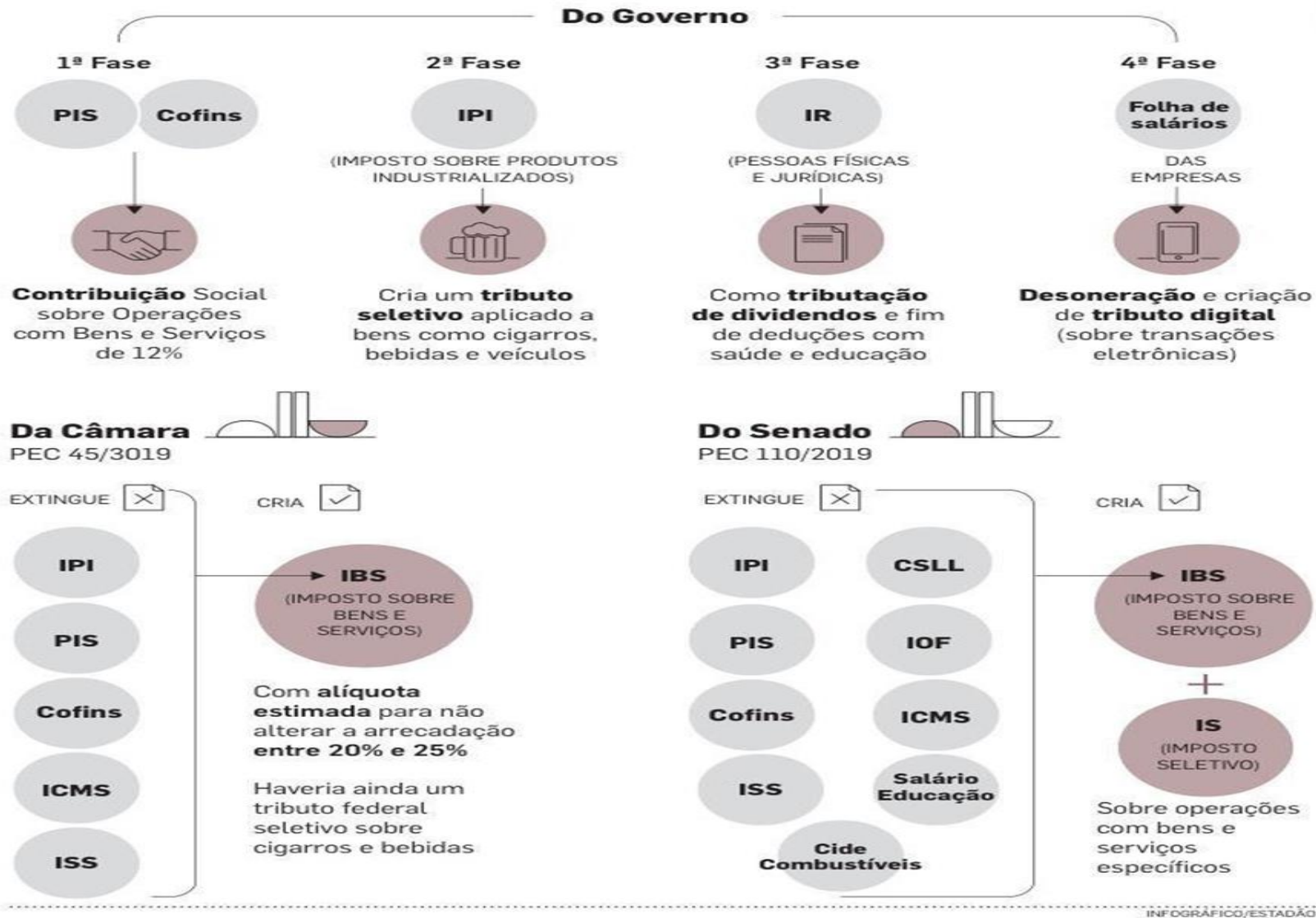
PL 3887/2020
Governo

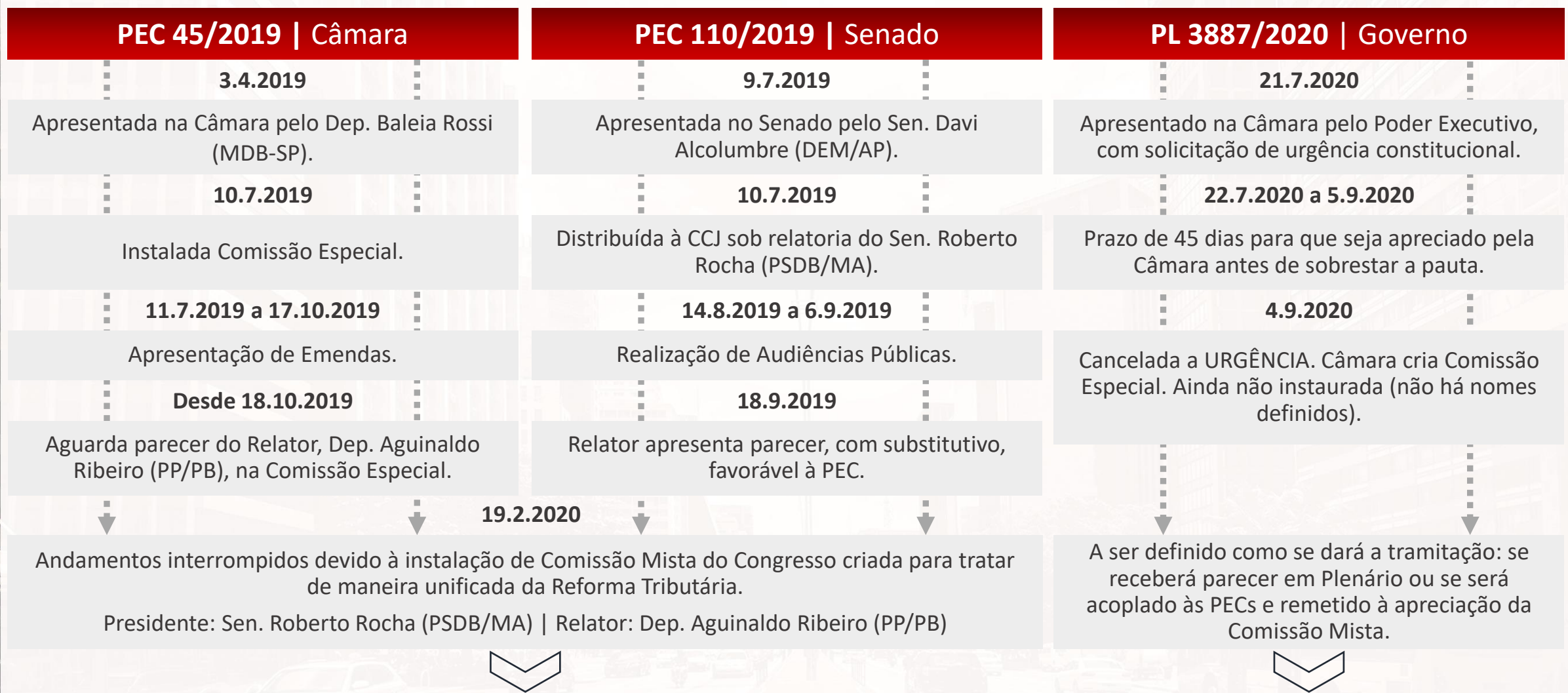


Resumo das principais Propostas

PROPOSTAS À MESA

● O que está sendo discutido para definir as regras da reforma tributária no País





A Comissão Mista não tem regimento previsto em regimento. Os trâmites estão sendo definidos pelos Presidentes das Casas e lideranças.

A ideia é concentrar os trabalhos em torno das duas PEC, podendo ainda ser agregado tópicos o PL da CBS, com vistas a um único Parecer.

31.7.2020: reinstalação da Comissão destinada a debates – com a realização de várias audiências públicas: Ministro da Economia, Representante dos Estados, Representante dos Municípios, entidades, Confederações, sociedade civil. Os trabalhos da Comissão foram prorrogados até **10.12.2020**.

AGUARDA-SE O PARECER!

Principais pontos de atenção nas Propostas

➤ PEC 45

- ✓ Lenta transição (10 anos) e criação de um tributo (IBS) sem extinguir os outros 5 tributos
- ✓ Empresas do Simples (mantém sem dar direito a crédito)
- ✓ Créditos do sistema anterior (tributos extintos) – sem direito a sua manutenção
- ✓ Eliminação de todos incentivos fiscais (cesta básica, ZFM e outros regimes, por exemplo)
- ✓ Alíquota única, com possibilidade de ajuste pelos municípios
- ✓ Imposto seletivo, sem indicação dos produtos e serviços, para inibir o consumo

➤ PEC 110

- ✓ Possibilidade de mais de uma alíquota
- ✓ Mantém alguns benefícios e incentivos fiscais
- ✓ Securitização dos créditos dos tributos extintos
- ✓ Tem a alternativa do Simplifica já – mais simples
- ✓ Imposto seletivo, com indicação de produtos e serviços, de fácil arrecadação

Principais pontos de atenção nas Propostas

➤ PL 3887/2020

- ✓ Aumento de tributação pelo fim do lucro presumido (3,65%) pela não cumulativo de 12%.
- ✓ Fim da alíquota zero
- ✓ Crédito não integral (serviços financeiros, aluguel, direitos intangíveis, etc).
- ✓ Isenção da cesta básica sem manutenção do direito de crédito das etapas anteriores.
- ✓ Responsabilidade tributária de plataformas digitais (marketplaces).
- ✓ Fim da isenção de entidades sem fins lucrativos.
- ✓ Tributação dos serviços contraprestacionais das entidades imunes.
- ✓ Aquisição de bens e serviços de empresas do Simples só dá crédito pelo valor equivalente do PIS/Cofins efetivamente recolhido.